

Reserva especial de dividendos obrigatórios a distribuir – Esta reserva será formada quando a empresa reconhece o direito dos sócios em receber os dividendos obrigatórios, mas não possui recurso financeiro disponível para efetivar o pagamento.

A formação desta reserva está prevista no art. 202 da lei 6.404 da seguinte forma:

§ 4º O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.

§ 5º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

➤ São reservas de lucro:

Reserva legal

Reserva estatutária

Reserva para contingências

Reserva de retenção de lucros (para expansão)

Reserva de prêmio na emissão de debêntures

Reserva de incentivo fiscal

Reserva de lucros a realizar

Reserva especial de dividendos obrigatórios a distribuir

ATENÇÃO

Art. 199. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

O § 4º, do artigo 31, da lei 12.973/14 prevê que a reserva de lucros de prêmio na emissão de debentures, para fins do limite de que trata o art. 199 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, terá o mesmo tratamento dado à reserva de lucros prevista no art. 195-A da referida Lei.

Questões de provas

Com relação ao tratamento contábil do patrimônio líquido e de seus componentes, julgue os próximos itens.

1. (CESPE/TCE-RJ/ACE/2021) A reserva de lucros a realizar tem por finalidade adequar a distribuição de dividendos obrigatórios ao lucro efetivamente realizado em termos financeiros.

Acerca dos elementos que integram o patrimônio líquido, julgue o item que se segue.

2. (CESPE/SEE-PE/Contador/2022) As perdas com passivos contingentes devem ser registradas em conta de reserva para contingências.

Considerando as disposições aplicáveis ao patrimônio líquido de companhias abertas, julgue o item subsequente.

3. (CESPE/MPU/Analista de finanças e controle/2015) A reserva legal objetiva assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital.

Composição do patrimônio líquido em R\$

- Capital social 1.600.000
- Reserva legal 250.000
- Reserva de contingência 50.000
- Ajuste de avaliação patrimonial 350.000

A tabela apresenta a composição do patrimônio líquido relativo ao ano de 2014 no balanço patrimonial da empresa Alfa. Ao final do ano de 2015, a empresa apurou um lucro líquido de R\$ 1.500.000. O saldo da reserva de contingência não foi utilizado, tampouco foi constituída nova reserva. O capital social não sofreu alterações.

A partir das informações apresentadas, julgue o item subsequente.

4. (CESPE/FUNPRESP-EXE/Contabilidade e finanças/2016) Por determinação legal, a empresa deverá constituir 5% do lucro líquido do período como reserva legal e adicioná-los ao saldo já existente, o que totalizará R\$ 325.000.

A respeito da contabilidade geral, julgue o item.

5. (QUADRIX/SEDF/Professor de contabilidade/2022) O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser parcialmente adiado, na parcela que exceder o lucro líquido realizado, que constituirá transitoriamente uma reserva de lucros a realizar, até sua realização, exceto em caso de sua absorção por prejuízos subsequentes.

6. (UFPR/ITAIPÚ/Contador/2019) Reservas de lucros são retenções de parcelas provenientes de ganhos no período, com o objetivo de preservar o Patrimônio Líquido de uma sociedade. São classificadas como Reservas de Lucro:

- a) Reserva Legal, Reservas Estatutárias e Reservas de Incentivos Fiscais.
- b) Reserva de Reavaliação de Ativos Fixos e Reserva Legal.
- c) Reserva de Lucros para Expansão, Reservas de Capital e Reserva de Reavaliação.
- d) Reserva de Ações em Tesouraria e Reservas de Lucros a Realizar.
- e) Reserva de Prêmio na Emissão de Debêntures, Reserva de Capital e Reserva Legal.

7. (FGV/AL-RO/Técnico contábil/2018) Em 2017, uma entidade recebeu subvenções governamentais no valor de R\$ 100.000,00.

Assinale a opção que indica a classificação do valor no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2017, considerando que a entidade não pretende distribuir o valor como dividendos.

- a) Capital social.
- b) Reserva de capital.
- c) Reserva de lucros.
- d) Reserva legal.
- e) Resultado de exercícios futuros.

8. (FGV/PC-AM/Perito contábil/2022) Assinale a opção que indica a contabilização da contrapartida do lançamento da reversão da reserva de lucros a realizar constituída em anos anteriores, quando os lucros nela contidos forem realizados financeiramente.

Alternativas

- A) Dividendos a pagar.
- B) Lucros acumulados.
- C) Reserva de lucros.
- D) Ações em Tesouraria
- E) Reserva de Ágio.

9. (FGV/SEFAZ-AM/Assistente da fazenda/2022) Assinale a opção que indica a reserva constituída no patrimônio líquido de uma sociedade empresária com o objetivo de segregar uma parcela de lucros, correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras, que deverão diminuir o resultado em exercícios futuros.

Alternativas

A) Legal.

B) Estatutárias.

C) Para contingências.

D) De lucros a realizar.

E) De lucros para expansão.

10. (UECE/METROFOR-CE/Contador/2022) No que tange às reservas e retenções de lucros, é correto afirmar que

A) a destinação de lucros acumulados para constituição de reservas só poderá ser realizada se não prejudicar o pagamento de dividendo obrigatório.

B) a reserva de capital somente poderá ser utilizada para incorporação ao capital social realizado ou para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros a realizar.

C) o orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante.

D) o saldo das reservas de capital, somado à retenção de lucros, não poderá ultrapassar o capital social a realizar.

11. (IDIB/ARAGUAÍNA-TO/Contador/2021) Esse tipo de reserva tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, e só pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Os prejuízos acumulados são deduzidos de sua base de cálculo e é importante ressaltar que ela é a única reserva de lucro obrigatória.

Estamos falando aqui de

Alternativas

A) Reserva legal.

B) Reserva estatutária.

C) Reserva de contingências.

D) Reserva de lucros a realizar.

12. (FADESP/UEPA/Gestor contábil/2021) O Art. 192 da Lei nº 6.404/1976 prevê que os órgãos da administração de uma companhia devem apresentar à assembleia-geral ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. Uma das opções dadas à destinação do lucro líquido do exercício compreende a constituição de reservas. Sobre as reservas e suas respectivas descrições é correto afirmar que

- A) reservas para contingências têm por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderão ser utilizadas para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
- B) reserva de incentivos fiscais têm a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
- C) reservas de capital são utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassam os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- D) reserva legal é a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

13. (FUMARC/CEMIG/Técnico contábil/2018) Conforme o disposto no art. 194, da Lei nº 6.404/76, o estatuto da companhia poderá criar reservas desde que, para cada uma:

I. Indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade.

II. Estabeleça o limite mínimo da reserva.

III. Fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.

Estão CORRETAS as afirmativas:

a) I e II, apenas.

b) I e III, apenas.

c) I, II e III.

d) II e III apenas.

14. (CESPE/POLITEC-RO/Perito/2022) Uma das diferenças existentes entre as reservas para contingência e as provisões para contingências reside no fato de as reservas

A) destinarem-se à cobertura de perdas potenciais ainda não incorridas, enquanto as provisões têm por objetivo oferecer cobertura a perdas cujo fato gerador já ocorreu.

B) afetarem o resultado do exercício, ao passo que as provisões impactam diretamente a conta Prejuízos Acumulados, no patrimônio líquido.

C) provocarem um aumento do passivo, enquanto as provisões provocam uma redução do ativo por meio de contas retificadoras.

D) apresentarem baixa probabilidade de reversão, enquanto as provisões têm alta chance de virem a ser revertidas.

E) representarem uma destinação do lucro líquido do exercício, ao passo que as provisões representam um reforço de capital próprio.

15. (VUNESP/AVAPREV/Contador/2020) Uma entidade apresentou hipoteticamente as seguintes informações em 31/12/2018:

Capital social 200.000,00

Reserva de capital – Ágio na subscrição de ações 15.000,00

Reserva estatutária 25.000,00

Reserva legal 35.000,00

Reserva por retenção de lucros 50.000,00

Ajuste de avaliação patrimonial 150.000,00

Lucro líquido do exercício 240.000,00

Nesse caso, no encerramento do exercício de 2018, a empresa, no que tange à reserva legal,

A) procederá, de acordo com as normas contábeis legais vigentes, na constituição do valor de R\$ 5.000,00.

B) procederá, de acordo com as normas contábeis legais vigentes, na constituição do valor de R\$ 12.000,00.

C) procederá, de acordo com as normas contábeis legais vigentes, na constituição do valor de R\$ 20.000,00.

D) procederá, de acordo com as normas contábeis legais vigentes, na constituição do valor de R\$ 40.000,00.

E) deixará de constituir a reserva legal, conforme prerrogativa da Lei no 6.404/76, art. 193.

Gabarito:

1 C, 2 E, 3 C, 4 E, 5 C, 6 A, 7 C, 8 B, 9 C, 10 C, 11 A, 12 C, 13 B, 14 A, 15 A.